

O AO no Brasil: a aproximação impossível

Desidério Murcho

Sou professor de Filosofia numa universidade federal brasileira desde 2007, depois de ter estado no King's College London entre 2000 e essa data. Sou também autor de manuais escolares de Filosofia para o ensino secundário português, desde 2003, e de vários livros de filosofia, publicados em Portugal. O facto de agora me encontrar no Brasil e ter de acrescentar uma terceira ortografia às duas em que já antes escrevia (a portuguesa e a inglesa), dá-me uma perspectiva quiçá relevante para este debate sobre o Acordo Ortográfico de 1990 (AO).

A razão principal pela qual considero que o Estado português deve anular o AO é que é lesivo dos interesses nacionais. Não sou contra ajustamentos ortográficos periódicos, mas estes ajustamentos têm de ser pontuais e tecnicamente sólidos, feitos para facilitar e não para dificultar e respondendo às ansiedades das populações. Ora, o que ocorre neste caso é precisamente o inverso: o AO torna o domínio da língua escrita mais difícil e coloca Portugal — que nos últimos sessenta anos fez um esforço assinalável no ensino da escrita — ao nível do Brasil, que tem carências gritantes nessa área (que não estão a ser resolvidas nem é previsível que o sejam a curto prazo). O resultado que temos é aproximar Portugal da anarquia ortográfica brasileira, onde é comum cada qual escrever como calha, sem qualquer gosto pelas distinções e subtilezas que tornam uma língua um veículo sofisticado de cultura, para lá do veículo imediatista da comunicação elementar e tantas vezes boçal.

Vejamos alguns exemplos. No Brasil é comum as pessoas, incluindo nas universidades, confundirem sistematicamente o verbo “numero”, de numerar, com o substantivo “número” — pela simples razão de que a distinção se faz com um único acento. Noutros casos, como “ensino à distância”, é comum nas universidades ver escrito “ensino a distância”, que para quem conhece a língua portuguesa quer dizer ensinar a distância, e não fazer um ensino não presencial. Este género de confusão dá evidentemente uma impressão de terceiro-mundismo e separa de maneira muito clara quem teve a sorte de ter um ensino melhor, de quem não teve. E é aqui que surge a motivação central dos autores brasileiros do AO: se mudarmos a língua de tal modo que o que antes era erro crasso deixe de o ser, retiramos a esses erros o estigma social, dado que deixam pura e simplesmente de ser erros.

Como deveria ser evidente, este tipo de estratégia é oriunda de uma mentalidade difícil de qualificar, pois sob a preocupação social esconde-se uma forma aviltante de desprezo pelas reais necessidades culturais da população. Os sectores mais carenciados da população precisam de melhor ensino, e não que os seus erros ortográficos passem a ser reconhecidos como norma. Até porque as carências culturais continuarão a fazer-se sentir e estas pessoas continuarão a precisar da nossa melhor atenção e do nosso esforço educativo. Uma mudança ortográfica destas nada resolve.

Pior: complica, e muito. E complica sobretudo no que diz respeito às pessoas mais carenciadas, muitíssimo mais dependentes da rede de bibliotecas públicas do que quem pode comprar todos os livros que lê. Ora, o que vão as pessoas, sobretudo os jovens, encontrar nas bibliotecas? Milhares de livros escritos com uma ortografia que entretanto já não está em vigor. De tanto se habituar a ler a mesma palavra ora com acento ora sem ele, ora com consoante ora sem ela, é natural que as pessoas mais carenciadas culturalmente optem por ignorar pura e simplesmente a acentuação e tudo o que seja parecido superficialmente a consoante muda, mesmo que o não seja.

Esta é a primeira razão pela qual é lesivo para Portugal aceitar a nova norma ortográfica: não estando nós felizmente ao nível do Brasil, estamos a adoptar uma medida que prejudica fortemente o esforço educativo que tem sido feito no nosso país pelo menos desde o 25 de Abril de 1974. Não nos comparemos ao que não tem qualquer comparação e não adoptemos políticas que prejudicam o progresso educativo feito nos últimos anos.

A segunda razão pela qual é lesivo para Portugal adoptar a nova ortografia é que dará claramente uma imagem de submissão a um país que se considera dono de uma língua que é comum. O AO é um documento lacunar propositadamente, porque foi concebido como uma base de trabalho para a elaboração de um Vocabulário Unificado, redigido por linguístas portugueses, brasileiros, angolanos e dos demais países de língua oficial portuguesa. Ora o que aconteceu foi que, contra as próprias regras especificadas no AO, o Brasil reuniu os seus linguístas e fez o seu próprio vocabulário. Violou assim não apenas o espírito mas a própria lei do AO. Caso Portugal aceite esta atitude, estará a colocar-se numa posição de subalternidade que, decididamente, não lhe cabe, por todas as razões históricas e culturais.

A terceira razão é que as instituições políticas portuguesas foram trapaceadas por quem lhes vendeu a ideia de uma ortografia unificada; ideia que não foi a usada no Brasil para fazer avançar a nova ortografia. No Brasil, a nova ortografia não foi apresentada nem defendida tendo em vista uma qualquer unificação ortográfica com Portugal. Foi apresentada e defendida em termos puramente internos: torna a escrita mais simples porque a aproxima da fonética e porque elimina o que já há muito as pessoas comuns, com o desrespeito que lhes é habitual pela língua escrita, não usavam, como é o caso dos tremas em palavras como “consequência” (e que nós também não usamos há várias décadas). O argumento da simplificação teria sido bem aceite pelos sectores mais cultos da sociedade brasileira caso tal simplificação não tivesse sacrificado subtilezas da língua que são importantes para uma comunicação sofisticada. Na nova ortografia, por exemplo, “Greve para Brasília”, numa manchete de um jornal, tem uma ambiguidade desnecessária, podendo querer dizer que uma greve parou aquela cidade, ou que há uma greve agendada para Brasília. Como é evidente, uma simplificação ortográfica não é uma simplificação, tecnicamente falando, se introduz ambiguidades desnecessárias; pelo contrário, é uma complicação. Esta foi a discussão brasileira: a nova ortografia foi evidentemente pensada por pessoas que tinham mais desejos políticos, eventualmente até louváveis, de eliminar dos mais carenciados o estigma de não saberem escrever adequadamente, do que por pessoas que tivessem o desejo linguístico de simplificação ortográfica e a competência

técnica para o fazer. Dada a óbvia irrelevância de uma simplificação ortográfica que puxa nas calças mas rouba na camisa, pois simplifica aqui mas complica acolá, muitas pessoas no Brasil começaram a perguntar-se que objectivo teriam os políticos ao assinar tal coisa tão avidamente. E o que se falava era que os empresários brasileiros do livro desejavam entrar nos mercados nascentes africanos, coisa que não podiam fazer enquanto em tais países a ortografia fosse a portuguesa e não a brasileira.

Este contexto é importante para se compreender a terceira razão pela qual o Estado português deve rejeitar este AO. É que as razões que internamente se fizeram ouvir, em Portugal, não foram nem as razões invocadas no Brasil, nem razões que façam sentido. E é triste ver um estado europeu ver-se trapaceado por pessoas sem escrúpulos. O objectivo de unificar a ortografia nunca esteve em causa para os autores do AO; essa foi apenas a maneira de tentar vender a ideia ao poder político, pois pelo poder normal da publicação entre linguistas nunca teriam conseguido fazer valer os seus pontos de vista. Que tal ideia nunca esteve em causa torna-se patente quando se usa o critério fonético para decidir a ortografia. Ora, o que mais nos separa do Brasil é precisamente a fonética (e também o léxico comum e científico) e não tanto a ortografia. Assim, o resultado do Acordo Ortográfico é que um número significativo de palavras que antes eram escritas da mesma maneira em Portugal e no Brasil, passam agora a ser escritas de maneira diferente. É o caso de “aspecto”, “espectador”, “concepção”, etc., etc., etc. Os casos são mais que muitos. São tantos, na verdade, que quase não faz diferença usar a nova ou a velha ortografia: se tivermos dois textos, um brasileiro e outro português, e mesmo ressaltando as diferenças lexicais, rapidamente se vê se o texto é brasileiro ou português.

O que conduz a algo que muito me consternou. Quando cheguei ao Brasil, comecei a escrever na ortografia e gramática brasileira, por me parecer mais correcto pedagogicamente, quando se tratava de textos para os meus alunos. As diferenças eram facilmente compreendidas e assimiláveis e eu mudava sem dificuldades da variante portuguesa da língua para a brasileira. A ironia é que sou incapaz de fazer tal coisa na nova ortografia. Qual é a razão? A principal é que nunca sei se uma dada consoante é muda ou não, e consequentemente se devo escrevê-la ou não, porque não sou brasileiro e não sei falar brasileiro. O critério fonético para eliminar ou manter consoantes é uma ideia inenarravelmente má, educativamente, porque qualquer pessoa que não seja brasileiro ficará sem saber como neste país se escreve “aspecto”, a menos que consulte um dicionário.

Resta-me acabar com mais um dado, relativo ao léxico. O que mais nos separa da variante brasileira da língua é o léxico e a fonética, e não a ortografia. No léxico, há dois grupos muitíssimo importantes de palavras e expressões que diferem e continuarão a diferir com ou sem AO.

Primeiro, no Brasil são usadas muitas palavras e expressões comuns que ou têm um significado diferente em Portugal, ou não são sequer usadas comumente, mesmo que estejam registadas no dicionário, e vice-versa. “Pequeno-almoço” está registado nos dicionários brasileiros, mas só as pessoas mais cultas no Brasil sabem o que significa esta expressão portuguesa; como que numa imagem de espelho, a palavra “caipira” está

registada nos dicionários portugueses, mas esta palavra brasileira comum ou não é usada entre nós no sentido brasileiro ou é desconhecida da maior parte das pessoas.

Segundo, a terminologia científica difere muitíssimo significativamente entre Portugal e o Brasil. O AO, se não tivesse sido violado pelo Brasil, previa precisamente a construção de um Vocabulário Científico Comum, que nunca chegou a ser feito e agora não há condições para tentar fazê-lo, devido à prepotência brasileira. Não são apenas os casos mais conhecidos de “elétron” e “próton” que estão em causa; a frequência de diferenças lexicais significativas do discurso científico é talvez ainda maior do que na língua comum. No Brasil as siglas científicas inglesas são usadas sem a adequada adaptação (AIDS, DNA, etc.), o que a nós nos parece, e com razão, bárbaro. (E, já agora, no Brasil, “bárbaro” quer comumente dizer “excelente”, e não “boçal”, como para nós).

Há outras razões para Portugal rejeitar este indigno AO. Mas estas são algumas das razões politicamente mais significativas. Gostaria por isso de ver esta Assembleia da República tomar uma posição inequívoca de rejeição cabal do AO. Portugal teria muito a ganhar, assim como a cultura portuguesa. Estas são algumas das razões que me levaram a assinar a Petição N.º 259/XII/2, “Pela desvinculação de Portugal ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990”.

Muito obrigado aos senhores deputados pela atenção dispensada.